



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Verificam-se, neste momento, diversos atrasos graves nas obras em curso, como sejam, os novos aterros da Zona A, o Terminal Marítimo de Pac On, o metro ligeiro e as habitações sociais em Mong-Há, uma situação que resulta em avultados prejuízos de valor incalculável. Deste modo, o consenso manifestado pelos diversos sectores da sociedade sugere que deve ser introduzido, o mais rápido possível, um “mecanismo de cláusula compensatória”, como forma de colmatar as insuficiências do sistema de aplicação de sanções depois de os atrasos já terem ocorrido.

Nos termos dos artigos 779.º e 800.º do Código Civil, existe regulamentação para aplicação da “cláusula penal compensatória”. O Comissariado de Auditoria, no seu relatório sobre este assunto, apontou também que as cláusulas sancionatórias dos contratos celebrados anteriormente não surtiam efeito dissuasor, pelo que foi sugerida a introdução de uma “cláusula penal compensatória” nos contratos, o que irá permitir a indemnização sem a necessidade de procedimentos judiciais complexos. O Secretário da tutela, Raimundo do Rosário, também afirmou que esta cláusula já não pode ser acrescentada nos contratos das obras em curso, mas garantiu



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que a mesma será introduzida nos futuros contratos.¹ A esse respeito, o Governo iniciou já os estudos mas, até agora, não foi divulgada nenhuma novidade.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1 – Qual é o ponto de situação, assim como os resultados dos estudos sobre a introdução de uma “cláusula penal compensatória” nos contratos de obras públicas? Já existe algum rumo ou plano definido pelo Governo, tendo em atenção o resultado dos estudos sobre a introdução dessa cláusula?

2 – Nos empreendimentos onde já se verificam atrasos na execução, o Governo já descobriu os motivos para isso e tem alguma nova medida para solucionar o problema da deficiente fiscalização registada no passado, de forma a evitar atrasos sem um prazo definido?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Si Ka Lon

14 de Janeiro de 2016

¹ “Secretário Raimundo do Rosário: na área das OP os problemas resolvem-se com dificuldade”, Jornal “Ou Mun”, 12 de Maio de 2015, http://www.macaodaily.com/htm/2015-05/12/content_997269.htm